RESENHA - LÓGICA HISTÓRICA DO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Lucas Atanásio Catsossa
Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD). Colaborador de pesquisa no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA/FCH/UFGD). Bolsista da CAPES. E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

Nos últimos anos, Moçambique tem estado a passar por várias transformações sócio-espaciais, em resultado do modelo capitalista de desenvolvimento vigente e como consequência disto, assiste-se um intenso processo de acumulação do capital. Não se trata de um simples processo de acumulação do capital. Pelo contrário, além de ter um conteúdo primitivo, o mesmo processo se configura também no que o geógrafo David Harvey vai chamar de "acumulação por espoliação" em seu livro *O novo imperialismo*. Trata-se, portanto, de um processo violento para o ser humano e às vezes, os sujeitos implicados diretamente não têm tido instrumentos necessários para preverem o seu futuro, na medida em que se observa a pilhagem territorial e a degradação da condição humana.

O sonho de muitos moçambicanos tem sido "sequestrado" pelas elites políticas e econômicas locais e detentoras do poder a favor dos interesses privados. O Estado que deveria servir os interesses da "nação", do povo, dos camponeses, tem sido apropriado e expropriado por certos grupos que exercem cargos políticos e alguns já na reserva, mas que ainda controlam os recursos naturais existentes no país. É neste contexto que o economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco, baseando-se no quadro teórico marxista, procura traçar uma matriz para compreender o processo de acumulação do capital em Moçambique.

Nem sempre a sua visão crítica dos processos têm sido recebidas de bom agrado pelas elites locais e detentoras do poder. Recorde-se que, as suas críticas, fizeram com que fosse julgado em 2015, acusado pelo "crime contra a segurança do Estado", quando este criticou severamente a forma como o antigo presidente de Moçambique, Armando Guebuza geria o país. O seu julgamento resultou em vários protestos dentro e fora do país, em que se dizia que, era a opinião de pensamento que estava a ser julgada. Num país onde a tendência tem sido a reprodução do passado colonial, caracterizado pelo aprofundamento das desigualdades sociais e o enriquecimento ilícito de grupos que detém o controlo da máquina estatal, pela exploração dos trabalhadores assalariados e a expropriação dos camponeses, Castel-Branco traz uma leitura renovada para compreensão destes fenômenos em Moçambique.

Atualmente, Castel-Branco configura-se num dos estudiosos moçambicanos de tradição marxista mais lúcidos e atentos às armadilhas do desenvolvimento capitalista em Moçambique. Em Moçambique , sobretudo, nas prateleiras das bibliotecas universitárias, é difícil encontrar obras de

Karl Marx e os que têm acesso às mesmas, são aqueles estudiosos que tiveram a sua formação pós-graduada fora do país, grupo o qual o próprio Castel-Branco integra. Embora a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), partido no poder desde 1975, por opções político-ideológico tenha tido uma orientação *marxista-leninista* (1977-1986), Karl Marx foi retirado do seu vocabulário, sobretudo, quando o país aderiu à política de liberalização económica imposta pelas instituições da *Bretton Woods* — Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Talvez tenha sido uma estratégia dos próprios "camaradas" reinarem, na medida em que a ideia principal era colocar a sociedade moçambicana na ignorância e por via disto, avançarem com o processo de acumulação do capital, explorando e expropriando o seu próprio povo, sem que ninguém os criticasse. Algo extraordinária que os "camaradas" fizeram foi, portanto, dar o nome de Karl Marx e Vladimir Lênin algumas avenidas da capital moçambicana — Maputo, como simbolismo por alegadamente terem se inspirando neles.

Importa realçar que, é nesta cidade onde vive a maior parte dos capitalistas nacionais que vem se consolidando por meio da expropriação do povo e do Estado e por meio de alianças com o capital internacional, como o próprio Castel-Branco demonstra. Enquanto a Frelimo operou no sentido de eliminar Karl Marx em Moçambique, Castel-Branco sempre esteve na contramão, onde através de leituras marxistas, procura ressuscitá-lo e por via disto, colocá-lo novamente no imaginário da sociedade moçambicana. Como podemos ver, estamos diante de uma disputa política.

Além de usar obras do próprio Karl Marx , ao traçar a matriz para a compreensão do processo de acumulação do capital em Moçambique, Castel-Branco baseou-se também em outros autores de tradição marxista, como Rosa Luxemburgo, Friedrich Engels e Vladimir Lênin. Depois de tantas leituras, Castel-Branco chega à conclusão segundo a qual, "o processo de acumulação de capital em Moçambique é, no essencial, idêntico à descrição marxista da história de acumulação primitiva de capital" (p. 256), mas lembra de que, no caso moçambicano há especificidades que dever ser tomadas em consideração no processo de análise.

Sabe-se, portanto, que a máxima do processo de acumulação primitiva de capital cunhada por Karl Marx preconizava a separação entre o trabalhador rural e/ou camponeses com os meios de produção. É através desta separação que os capitalistas procuraram a todo o custo, explorar e expropriar os produtores, extraindo assim as chamadas *mais-valias* (cunhadas por Karl Marx). Estes processos como Castel-Branco bem demonstram, estão a acontecer em quase todo o território nacional, sobretudo, em locais onde operam grandes corporações agrícolas ligadas ao agronegócio, empresas de plantação de eucaliptos e nas mineradoras.

Em Moçambique, os reassentamentos resultantes da entrada dos megaprojetos têm simbolizado apelas como uma reserva de mão de obra barata e é por isso que, Castel-Branco não consegue ver quase nenhuma diferença com o que terá acontecido durante a colonização portuguesa. Sabe-se, portanto, que durante a colonização portuguesa, os moçambicanos expropriados das suas terras, foram depois convertidos em mão-de-obra barata para trabalharem nas plantações de sisal, algodão, cana-de-açúcar etc., por isso, Castel-Branco olha este processo como a reprodução do passado colonial em Moçambique. Para ele:

> No caso moçambicano, o capitalismo não está a emergir de forma de produção historicamente anterior ao modo capitalista de produção. O colonialismo

> encarregou-se de operar esta transição, que conduziu a expropriação maciça da terra e dos recursos a baixo custo, formou o semiproletariado rural dependente dos mercados de trabalho e de bens agrícolas; manteve-o ligado à terra como forma de garantir a sua disponibilidade, mesmo remunerado a baixo dos custos sociais de subsistência; criou e reproduziu um sistema de rentabilidade e acumulação baseada na mão de obra barata e expropriação, a baixo custo, da terra e dos recursos maturais; integrou a economia no sistema capitalista mundial e, de um modo mais geral, subordinou, forma e informalmente, a atividade econômica e social dos ditames da acumulação capitalista (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 259).

O autor mostra ainda que, o ideário da luta de libertação nacional que tinha como *slogan* a "libertação da terra e dos Homens", foi abandonado pela Frelimo após as reformas liberais ocorridas nos meados década de 1980, passando ela mesma a reproduzir as práticas coloniais, na medida em que o Estado foi sendo usado como um instrumento para gerir os negócios da burguesia nacional. Castel-Branco volta a apontar Armando Guebuza como um dos principais porta-vozes do projeto de formação de *capitalistas nacionais* e explica que, este processo começa na década de 1980. Segundo o autor, nessa altura, "Guebuza defendeu a lógica da necessidade e do processo de reorientar a política nacional para promover acumulação capitalista nacional" (p. 262). Por sua vez, o autor reitera:

> Pela sua influência e preponderância ideológica, política e histórica, Guebuza provavelmente, era, na época, a melhor pessoa para articular publicamente este argumento, mas o argumento em si, refletia aspirações sociais de classes legítimas (tão legítimas quanto quaisquer aspirações sociais de classe podem ser), que emergiam em condições históricas específicas, de crise (econômica e do regime) e transição, e em aberto o conflito com a linha anticapitalista tradicional da Frelimo. Portanto, este discurso era o manifesto capitalista de Moçambique, em oposição, mas aproveitando genialmente a linhagem nacionalista radical (nacionalismo económico justificado como oposição ao imperialismo) e o "estatismo" da esquerda ortodoxa da Frelimo como um instrumento desse capitalismo nacionalista (pois o Estado estaria reservado o papel histórico de construir a relação triangular com o capital nacional e internacional e de se expropriar em favor da valorização do poder da burguesia nacional nessa relação) (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 263).s

O autor mostra também que todas as políticas públicas e estratégias de combate à pobreza implementadas no governo Guebuza (2005-2015), tiveram como enfoque "a construção de das condições objetivas para o desenvolvimento da burguesia capitalista nacional" (p. 289). A ideia segundo a qual Moçambique tem uma burguesia nacional como o autor destaca, ela abre espaço para o debate. Em Moçambique, não temos uma burguesia propriamente dita, pois o que observa é a emergência e consolidação de capitalistas que se erguem por meio da expropriação do Estado, do povo, dos camponeses, etc.

Estes mesmos burgueses que Castel-Branco menciona, são dependentes do capital internacional que entra em Moçambique em forma de apoio ao Orçamento do Estado e de alianças com o capital internacional para a exploração da terra e dos recursos naturais, sobretudo, do setor mineral-energético. Sem o Estado, o apoio ao Orçamento do Estado que tem sido feito por parceiros de cooperação e de alianças com o capital internacional, este grupo que Castel-Branco diz ser

uma burguesia nacional, dificilmente ela vai existir. É por isso mesmo que, o projeto de Armando Guebuza que consistia na formação de um *Capitalismo Nacional* falhou em Moçambique.

O autor cita a célebre frase de Armando Guebuza, proferida numa das entrevistas dada alguns jornais, onde destacava que, "[…] podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos […]" (p. 265). Para o autor , os recursos naturais têm sido usados como um trampolim para a ascensão e consolidação dos capitalistas nacionais. O autor mostra ainda que, em vez da aliança Estado-Capital internacional resultar em ações concretas sob ponto de vista da redução da miséria e de número de miseráveis no país, tem contribuído apenas para o surgimento de novos ricos e a consolidação de capitalistas nacionais. Para o autor , a ascensão das chamadas *economias emergentes*, entre elas o Brasil e a China e posteriormente sua entrada em Moçambique por via de financiamento de certas atividades, contribuiu apenas para o processo de acumulação do capital.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís de. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique.** Maputo: IESE, 2017. pp. 257-294.